



**O PAQUETE DO TEJO** – Publicou-se em Lisboa, em **duas séries**, entre **Julho de 1866** e **Junho de 1867**, e afirmava ter no seu horizonte o público dos **Açores** e também das **colónias**. Um objetivo viabilizado pela constituição da **empresa de navegação a vapor, Companhia União Mercantil**<sup>1</sup>, que passou a assegurar uma ligação mensal entre Lisboa e o Faial, fazendo escala em S. Miguel, Terceira, Graciosa e São Jorge. O próprio título da publicação parece ter-se inspirado nesse novo serviço, que significou certamente uma melhoria nas condições de vida das populações, sobretudo das insulares e das colónias. Foi dirigido **pelo jornalista micaelense Mariano José Cabral (1822-1877)**<sup>2</sup>, que também era seu proprietário. Da parte administrativa encarregava-se um tal de Francisco Antonio da Silva Tojeiro, do qual apenas sabemos que tinha escritório na Rua de São Roque, em Lisboa. O *Paquete* contava ainda com dois “delegados”: um, na Ilha de São Miguel, **Jacinto Ignacio Cabral**

---

<sup>1</sup> Resultado de um contrato entre o Estado Português e a companhia inglesa Bailey & Leatham, de Hull, celebrado a 25 de Outubro de 1864. Configura o que hoje designamos de parceria público-privada: grosso modo, o Estado comprometia-se a pagar 200:000\$000 réis, mensais, a uma empresa de navegação a vapor, sob a forma de sociedade anónima, que aquela se encarregaria de formar, para garantir ligações regulares a partir de Lisboa com os portos de África Ocidental (tocando a Madeira e nas Ilhas de Cabo Verde), os portos dos Açores e os portos do Algarve. Nos estatutos da nova Companhia ficaram definidas uma série de condições que teriam de ser asseguradas, desde o número de viagens por ano, o tempo de escala, o número de embarcações adstritas às carreiras, a sua lotação, alguns serviços gratuitos, resolução de conflitos, etc.. Durante o prazo de vigência do contrato, 20 anos, o Estado não poderia subsidiar outra empresa de navegação para operar naquelas carreiras. Cf. *D.L.* n.º 242, de 26/10/1864.

<sup>2</sup> Nasceu em Ponta Delgada, a 23 de Agosto de 1822, filho de uma família da pequena média burguesia urbana. O pai (Ignacio Joaquim Cabral) e o tio (João Jacinto Cabral) eram cirurgiões. Em 1842, defendeu uma tese na Aula de Filosofia Racional e Moral, regida pelo padre João José do Amaral, em Ponta Delgada, que veio a ser publicada, ainda esse ano. Grande parte da década de 40 terá sido passada em Lisboa, pois remonta a esses anos, quer a sua colaboração com a *Revista Universal Lisbonense* (1845), quer a publicação na capital de algumas obras, bem assim como a tradução de outras. Os anos seguintes passou-os nos Açores, como atesta a sua colocação como bibliotecário na Biblioteca Pública de Ponta Delgada, entre 1851-61. É também nesse tempo que a sua atividade na imprensa das ilhas se aprofunda e intensifica. Fez-se então redator e diretor de periódicos, como a *Revista Açoriana* (1851-52), *Flores Literárias* (1854-55), *Ilha* (1852-56) e *Arquivo Açoriano* (1857-58). Depois de se demitir do seu cargo de bibliotecário, viajou novamente para Lisboa. Foi então que se fez empregado da Companhia de Crédito Predial, que sabemos criada em 1864. Três anos depois (1866), já se despedira e procurava angariar trabalho com solicitador, além de ter lançado *O Paquete*. Em 1867, estava novamente em Ponta Delgada, onde abriu escritório, ainda como solicitador, e em Outubro do ano seguinte consegue colocação, como escrivão, no Tribunal da Relação dos Açores. Entretanto, lançou-se novamente nas lides da imprensa e fundou a *Gazeta da Relação* (1867-70), um dos primeiros diários açorianos. Simultaneamente, também colaborou com a *Bibliotheca Instructiva*, que se publicou, semanalmente, entre Janeiro e Março de 1868. Em resultados das dívidas entretanto contraídas, no quadro das suas atividades profissionais, Mariano José Cabral decidiu pôr-se a salvo, embarcando para Pernambuco, no Brasil, no início de 1871, onde viria a falecer em 1877. Um fim de sabor trágico-irónico, como se constatará na continuação da presente Ficha.

(possivelmente familiar de Mariano José Cabral); outro, em Luanda, o **Dr. José Pimentel Silveira de Ávila**.

A presente ficha reporta-se exclusivamente à primeira série, única existente na Hemeroteca Municipal<sup>3</sup>. Saiu mensalmente, entre Julho e Dezembro de 1866, somando **seis números**, cada um deles com **64 páginas**, mais capas, de papel colorido e translucido. Graficamente é uma publicação pobre, desprovida de imagens ou qualquer elemento decorativo, e com o texto distribuído por uma única coluna. Praticava o seguinte **preçário**: «*Preço da assinatura em Lisboa 100 réis por n.º pagos no acto da entrega. Províncias e ilhas 720 reis por semestre, franco de porte. Avulso 120 réis por n.º.*» O primeiro número de *O Paquete* foi impresso na Tipografia Lusitana, no Largo de S. Roque, 7, mas os números seguintes saíram dos prelos da Tipografia da Rua do Arco – 19 (junto a Jesus).

## PROGRAMA E CONTEXTO

No editorial de abertura, Mariano José Cabral (MJC) expõe de um modo vago e um pouco ambíguo – na primeira pessoa do plural, note-se – as motivações que estiveram subjacentes ao projeto editorial: «*Emprehe demos esta publicação, porque costumados desde a infância nas lides da imprensa, e dedicando todos os dias algumas horas a trabalhos literários, desejamos por esta maneira tirar d’elles algum resultado, com o auxilio dos amigos que sempre nos tem [sic] dispensado a sua protecção.*» Escusando-se a adiantar quais as matérias que seriam tratadas, sob a desculpa de que seriam «fastidiosos» nesse enumerar, comprometeram-se apenas com a **defesa dos «interesses materiais e moraes» das ilhas e das colónias**. Mas fizeram questão de esclarecer as coordenadas ideológicas que orientavam o seu navegar: «*A liberdade é filha de Deos, o progresso é resultado do trabalho tão recomendado nos preceitos religiosos, e quem for verdadeiro liberal e progressista, como nos presamos de ser, ha de forçosamente adorar o Ente Supremo, origem de todo o bem, e convir que sem religião não pode haver virtude alguma patriótica.*»<sup>4</sup>

Considerando que o país vivia, desde Setembro de 1865, sob um ambiente de relativa acalmia política, proporcionada pelo “**governo da fusão**”, resultante de uma **coligação entre históricos e regeneradores**, que desígnio prático era aquele a que o editorial se referia sob o nome prosaico de «*resultado*»? Reduzir-se-ia a uma necessidade de aumentar os rendimentos do(s) promotor(es) da publicação, como sugere a referência ao amparo e protecção dos amigos? A ideia não será tão extravagante quanto aparenta, se considerarmos o perfil económico do país, ainda predominantemente rural, e que, além de uma colocação num posto da administração pública, poucas mais oportunidades de trabalho oferecia aos seus burgueses letrados. As

---

<sup>3</sup> Na Biblioteca Nacional existem alguns números da II série, quando a publicação passou a sair quinzenalmente.

<sup>4</sup> Cf. «O Paquete do Tejo», in *O Paquete do Tejo*, n.º 1.

remunerações não eram satisfatórias e, com o agravamento da carga fiscal que então se fez sentir, cada vez estavam mais distantes de o serem. Muitos procuravam equilibrar as suas contas pessoais recorrendo a outras atividades. Abona ainda a favor desta “tese”, a curiosa **promoção que MJC faz dos seus serviços de solicitador** junto da **Companhia Geral de Crédito Predial**<sup>5</sup>, onde já fora funcionário: «O abaixo assignado, tendo sido empregado por mais de um anno naquela Companhia, e ali especialmente encarregado do movimento e informações das propostas para empréstimos, despediu-se do logar que exercia, obtendo os mais honrosos attestados; e **propõe-se a organizar todas as propostas de empréstimo, fazendo os necessarios requerimentos para as certidões, a fim que estas sejam passadas conforme se exige nas instrucções; pois que a experiencia tem mostrado, que, muitas vezes, por se não requerer nos devidos termos, tornam-se inúteis aquelles documentos, depois de se terem pago os respectivos emolumentos.** [...] Quem quiser pois aproveitar-se dos serviços que neste ramo posso prestar, importantíssimos, por modica commissão, queira dirigir-se pessoalmente ao escriptorio na rua das Chagas n.º 7, das 10 da manha ás duas da tarde, por escripto, remetendo dentro das cartas as precisas estampilhas para a respostas.»

Em outra ocasião, referindo-se às queixas do público em relação à demora da Companhia de Crédito Predial em decidir sobre os pedidos de empréstimo apresentados, **MJC envia alguns “recados” que transpiram ressentimento e até alguma revolta contra o patronato:** «*ha um meio de obstar a esse inconveniente, que consiste em remunerar melhor o pessoal, augmental-o segundo as exigencias do serviço, e retribuir bem a dois advogados que vão todos os dias ao escriptorio da companhia para ai verem e consultarem os processos. Não póde exigir-se bom serviço sem que seja bem remunerado. Os advogados da companhia são mesquinhamente retribuídos, e bem assim os mais empregados, sem relação alguma com os vencimentos do governo d’aquelle estabelecimento. Exigir d’um amanuense que trabalhe desde as dez horas da manha até ás quatro da tarde, que além d’isso faça serviços extraordinário á noite, em sua casa, e aos domingos, por 12\$000*

---

<sup>5</sup> A Companhia foi criada pelo decreto de 25 de Outubro de 1864, que lhe aprovou os Estatutos. Foram seus fundadores: João Samuel Dorient de Bellegard; Affonso Luiz Pinard, diretor do *Comptoir d’Escomptes* de Paris, Maximiliano Koenigswarter, antigo deputado ao corpo legislativo de França; António Ferreira de Macedo Pinto; nova companhia «utilidade publica», fundada na cidade do Porto; Miguel Osório Cabral de Castro, par do reino e representante da subscrição promovida pela associação industrial portuense; José Izidoro Guedes, par do reino; e Francisco de Oliveira Chamiço, banqueiro na cidade de Lisboa. A companhia ficou domiciliada em Lisboa, mas teria filiais, delegações ou agentes e correspondentes nas cidades do Porto e de Paris, e bem assim nas principais terras do reino e das ilhas. «O objecto principal da companhia é mutuar sobre hypoteca predial aos proprietários de bens immoveis capitães reembolsáveis a longo praso por meio de anuidades.». Poderia ainda «effectuar empréstimos ás municipalidades, mesmo sem hypotheca predial», sob determinadas condições; criar e negociar os títulos de obrigações prediais e municipais representativos dos empréstimos; receber depósitos, em conta corrente ou a prazo, com ou sem juros; entre outras operações. O capital social foi fixado em 9.000.000\$000 réis, dividido em 100.000 ações de 90\$000 cada uma; a primeira emissão do capital social traduziu-se em 40:000 ações. A Companhia foi uma instituição anunciadora do chamado «capitalismo português», indissociável também da política de melhoramentos que caracterizou a Regeneração. Cf. *D.L.* n.º 244, de 28 de Outubro.

**réis mensais, é querer o impossível!**». Depois de mais algumas acusações, MJC sentiu necessidade de se justificar. «*Não dizemos coisa alguma em interesse próprio, porque nos despedimos do serviço da companhia, vendo a desconsideração em que era tido o zelo e assiduidade nos trabalhos, fazemos estas reflexões, porque nos peza ver mal retribuídos e desconsiderados antigos colegas com merecimento e aptidão bastante a [...] serem injustamente preteridos nos seus legítimos interesses.*»<sup>6</sup>

Com tão longa citação, corremos o risco de deformar ou distorcer a natureza de *O Paquete*, que foi uma publicação que distribuiu a sua atenção por diversas matérias, **ainda que dedicasse um cuidado especial às questões da economia e do progresso**. Mas a tomada de posição de MJC, que configura uma espécie de protesto laboral da “classe média”, pareceu-nos fora do comum. De certa forma, corrobora a nossa ideia sobre as motivações que estiveram subjacentes ao lançamento da publicação. Mas não as esgotam, longe disso. De facto, **o mal-estar de MJC em relação à Companhia de Crédito Predial também era alimentado pelo contencioso que opunha o Duque de Saldanha e o Barão de Lagos, Luiz de Castro Guimarães, à dita e ao Estado que a criara**. A história é longa e encontra-se plasmada, com algum pormenor, nas páginas de *O Paquete*, pelo que nos subtraímos a desenrolá-la. Importa, sim, sublinhar que um **Acórdão do Estado, de 7 de Novembro de 1865**<sup>7</sup> deu satisfação parcial às pretensões do Duque de Saldanha e do Barão de Lagos. No fundamental, isso traduziu-se no reconhecimento dos serviços que ambos tinham prestado para a criação da companhia, na sua fase embrionária, e na recomendação de que fossem recebidos como sócios. **Havia, pois, que pressionar a Companhia de Crédito** a dar prosseguimento às recomendações do Acórdão e, em nossa opinião, **O Paquete foi** (também) **porta-voz desse lobby**. Note-se que a publicação foi lançada no mesmo mês, Junho, em que o Acórdão foi publicado no *Diário de Lisboa*. Acresce, que quer o Duque de Saldanha, quer o Barão de Lagos, e muitas outras personalidades, eram assinantes de *O Paquete*, que fez gala em tornar pública essa informação – o que não era uma prática habitual.<sup>8</sup> O assunto arrastou-se por todos os números de *O Paquete*, mas isso não obstou a que **também dedicasse largo espaço a promover a Companhia Geral de Crédito Predial** junto dos leitores, esclarecendo-os, com grande detalhe, sobre o que eram e como funcionavam as sociedades de crédito e que benefícios económico-financeiros “ofereciam”. São também desenvolvidas algumas reflexões críticas sobre os estatutos da Companhia de Crédito Predial e sugeridas alterações. O autor desses artigos assina como **F. T. Pinto Furtado**.

No seu quinto número, *O Paquete* deu notícia de uma portaria do Ministério da Obras Públicas dirigida à Companhia para que esta convocasse uma

<sup>6</sup> Cf. «Revista Geral», in *O Paquete do Tejo*, n.º 2, pp. 56-57.

<sup>7</sup> Cf. D.L. n.º 124, de 4 de Junho de 1866. Disponível também no site da Assembleia da Republica: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/41/90/p628>

<sup>8</sup> Cf. «Relação Nominal das pessoas que tem assignado para esta publicação», in *O Paquete do Tejo*, n.º 2, pp. 60-64 e n.º 3, pp. 63-64. Como se pode constatar, politicamente, incluiu personalidades ligadas a diferentes facções.

assembleia geral extraordinária para tratar das reclamações do duque de Saldanha e do Barão de Lagos.<sup>9</sup> No número seguinte, fez público que a dita assembleia fora convocada para o dia 28 do Dezembro. Por essa altura, prometia anunciava que, a partir de janeiro passaria a sair quinzenalmente e em formato maior, o que indicia o sucesso da publicação ou, pelo menos, a confiança do seu diretor e proprietário. Tanto quanto conseguimos averiguar, *O Paquete* cumpriu a sua promessa e continuou a cruzar o atlântico, mais alguns meses. Muito provavelmente, numa das primeiras viagens levou notícia sobre as decisões tomadas em assembleia extraordinária, mas não o podemos afiançar.

No que se refere à imprensa, a projeção que o “caso” teve na publicação denuncia o **perfil oitocentista de *O Paquete***. Um periódico profundamente **vinculado aos interesses de um “grupo”**, porque ainda que os interesses em causa fossem de natureza particular, é inegável que **o Duque de Saldanha e o Barão de Lagos tinham uma dimensão política e social de relevo**, representavam uma facção (com conotação com os cartistas), um coletivo, que lhes dava força e que usaram para fazer valer os seus, supostos, direitos na Companhia de Crédito Predial. Já a **exploração do periódico para angariar trabalho parece-nos inovadora**, uma vez que, no âmbito das investigações desenvolvidas na Hemeroteca Digital, nunca deparámos com uma situação igual ou sequer idêntica. Mas a recetividade que alcançou junto do público, sugerida pelas mensagens e informações que MJC publica, parece indiciar o contrário: «*Sendo muitas as cartas que diariamente recebemos, em que se nos pedem explicações sobre os empréstimos hypothecarios, prevenimos [...] que um grave incommodo de saúde, de que felizmente nos achamos restabelecidos, tem ocasionado alguma demora nas respostas [...]*»; mais adiante, dirigindo-se aos clientes já firmados, esclarecia: «*Aos nossos constituintes que nos têm enviado as suas procurações para lhes solicitarmos empréstimos na Companhia Geral de Crédito Predial Portuguez, prevenimos que a demora na resolução das suas propostas, não é por falta de activas diligências para a sua resolução, pois que a brevidade muito particularmente nos interessa, mas porque todas as propostas seguem n'aquella Companhia muitos tranmites que os regulamentos exigem, e que devem ser reformados no interesse da própria Companhia e no dos proponentes.*»<sup>10</sup>

À parte dos objetivos práticos, *O Paquete* foi um **propagador da política de fomento e de melhoramentos que caracterizou a Regeneração**, como revela a série de artigos sobre «*Sociedades de Crédito*», já aqui referidos, que incentivavam o recurso ao crédito, nomeadamente pelos municípios: «*Então que sonmo, que indolência é esta, que se apoderou de quase todas as vereações para tratarem seriamente dos benefícios materiaes do paiz com tão pequenos sacrificios?*»<sup>11</sup>; mas também os que analisam a **atividade comercial nos Açores**, pondo em relevo a sua importância económica, da autoria do

---

<sup>9</sup> Cf. «Á Ultima Hora», in *O Paquete do Tejo*, n.º 5 (Novembro), pp. 63-64.

<sup>10</sup> Cf. «Expediente», in *O Paquete do Tejo*, n.º 3, pp. 59.

<sup>11</sup> Cf. «Sociedades de Credito», in *O Paquete do Tejo*, n.º 4, pp. 8-11.

**capitão da marinha francesa E. Morel**<sup>12</sup>; também **D. José Maria de Almeida Araújo Correia de Lacerda** (1802-1877; assina D. J. de Lacerda) se propunha fazer a defesa de um **investimento urgente nas «Colónias»**, mas não chegou a expor a sua ideia, porque se perdeu a rememorar a história desde o seu descobrimento.

O comentário breve da atualidade tinha o seu espaço na «*Revista Geral*»<sup>13</sup>, que invariavelmente ocupa as últimas páginas de *O Paquete*. Aí se abordavam os mais variados assuntos, desde as últimas novidades editoriais à atividade governativa. Esta, na maioria das vezes, era merecedora de algum reparo, mas sempre formulado em tom cordato, condizente com o espírito de conciliação daquele tempo.

No **campo literário**, observa-se uma **valorização da mulher e do feminino**, que se reflete quer ao nível das autorias, quer nos temas. *O Paquete* publicou poesia de **D. Antónia Gertrudes Pusich** (1805-1883), que muitos consideram ter sido a primeira jornalista portuguesa; e um romance histórico de **D. Maria do Pilar Sinues de Marco** (1835-1895).

O **tema da religião** está presente em todos os números, refletindo o esforço então desenvolvido para **relançar o culto católico, conciliando-o com os valores liberais**: «*Do dogma da unidade divina deriva imediatamente o da unidade humana, e da unidade humana o da solidariedade e da fraternidade universal, bem como o da igualdade absoluta de todos os homens no espaço e no tempo.*»<sup>14</sup>; ou **procurando demonstrar a origem divina do conhecimento** e a relação entre a fé e a ciência.

*O Paquete* publicou ainda textos da autoria de Francisco António de Mattos (1845-1902; n.ºs 3 e 5); José Cipriano Costa Goodolphim (1844-1910; n.ºs 4 e 6); F. d' Abreu Marques (n.ºs 4, 5 e 6); B. de Sousa Menezes (n.º 2); Reynaldo de Assis (n.ºs 2, 4, 5 e 6); Júlio César Machado (1835-1890; n.º 3); J. C. Garcia de Lima (n.º 6); e do poeta americano Henry Wadsworth Longfellow (1807-1894), numa tradução de Guilherme Read Cabral (1821-1897; n.º 3); são também utilizadas as siglas C» e »X».

Em suma, enquanto publicação periódica, ***O Paquete* apresenta algumas características que lhe dão originalidade, nomeadamente pelo fato de assumir a defesa de duas personalidades, num processo contencioso**

---

<sup>12</sup> O capitão E. Morel visitou os Açores em 1858. Cinco anos mais tarde (1863), publicou, em Paris, uma pequena monografia sobre o Arquipélago, pondo em destaque as suas características e riquezas naturais, o movimento nos seus portos, o regime fiscal a que estavam sujeitos, além de fazer referência aos hábitos das populações locais. Os textos publicados em *O Paquete* reproduzem, parcialmente, essa obra [LEITE, 1991].

<sup>13</sup> No primeiro número, apresenta-se com o título de «*Revista Nacional*», adiantando que se trata de uma «*secção*» especialmente redigida para os leitores das ilhas e colónias, posto que aos do continente «*pouco pode aproveitar a colleção das noticias mais importantes do pais, pois que diariamente se satisfazem dellas até á saciedade pelos jornais [...] que circulam a toda a hora.*» A ocasião serviu também para afirmar a imparcialidade político-partidária da publicação.

<sup>14</sup> Cf. «*Christianismo*», in *O Paquete do Tejo*, n.º 2, pp. 8-9.

**contra o Estado; e servir para o seu proprietário e diretor angariar trabalho.**

Foi também uma publicação comprometida com o projeto da Regeneração e em sintonia com o espírito de concertação política vivido durante o «governo da fusão». Nesse sentido, procurou manter-se acima dos grupos e fações partidárias, mas esse desígnio ficará sempre ensombrado pelo facto de ter assumido a defesa dos interesses particulares do Duque de Saldanha e do Barão de Lagos.

A sua proposta de leitura, mensal, incluía profundidade e variedade, conhecimento e lazer. Mas não era uma leitura fácil. Associando essas características, com o interesse que dedica à questão das sociedades de crédito, **indicia que tinha por público-alvo os proprietários de terras e prédios urbanos e os quadros dirigentes da administração.**

Rita Correia

Lisboa, Hemeroteca Municipal, 12 de Março de 2013.

## **BIBLIOGRAFIA**

*Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., 1978.

CABRAL, Manuel Vilaverde – «Sobre o século XIX português: a transição para o Capitalismo», in *Análise Social*, Vol. II (45), 1976-1.º, pp. 106-126.

GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro – «O Conde de Samodães e o Discurso Conciliador entre o Catolicismo e o Liberalismo Político», in *Lusitania Sacra*, 2.ª série, n.º 16 (2004), pp. 87-109.

LEITE, João Emanuel Cabral – *Estrangeiros nos Açores no Século XIX*. Antologia. Ponta Delgada: Eurosigno Publicações, Limitada, 1991. Disponível em: [Estrangeiros nos Açores no século XIX : antologia.pdf](#) [Consultado a 9/03/2013].

RAVARA, Antonio Pinto – «Os partidos liberais na «primeira fase do rotativismo parlamentar» (1851-65). Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914148U2uLl4zj8Zc35SP3.pdf> [Consultado em 7/03/2013]

RILEY, Carlos Guilherme – «A Emigração Açoriana para o Brasil no Século XIX: braçais e intelectuais.», in *Aquipélago: revista da Universidade dos Açores. História*. Ponta Delgada: U.A., 2.ª série, VII (2003), pp. 143-172.

SARDICA, José Miguel – «Os partidos políticos no Portugal oitocentista (discursos historiográficos e opiniões contemporâneas», in *Análise Social*, Vol. XXXII, (142), 1997 (3.º), pp. 557-601.

Ibidem – «Economia e Política no Século XIX Português. O caso biográfico de José Maria Eugénio de Almeida», in *Gaudium Sciendi*, nº 1, Março 2012, pp. 13-34.